



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00196353220208172001

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSILENE FERREIRA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente a Ré reitera o requerimento de **DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA**, conforme apontado na peça de defesa.

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o **BOLETIM DE OCORRÊNCIA E DOCUMENTOS MÉDICOS**.

Ocorre que, em detida análise comparativa da documentação apresentada nos presentes fólios, percebe-se, sem maiores esforços, algumas diferenças substanciais entre os documentos, em especial no que diz respeito à data do acidente, haja vista que o Boletim de Ocorrência informa a data de 06/09/2019, já o documento médico alega 05/09/2019.

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **19E0222000408**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 26/11/2019 às 18:32

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)
que aconteceu no dia 6/9/2019 às 21:40

Fato ocorrido no endereço: MUNICÍPIO DE FREI MIGUELINHO, 1, RODOVIA PE 121 FREI MIGUELINHO, PROX. AO PARQUE DE VAQUEJADA - Bairro: CENTRO - FREI MIGUELINHO/PERNAMBUCO/BRASIL
Local do Fato: VIA PÚBLICA

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

SÔNIVALDO DOS ANJOS GUIMARÃES (AUTOR VAGENTE)
ALESSANDRO PEREIRA DOS SANTOS (OUTRO)
JEAN MARCOS DA SILVA (VÍTIMA)
JOSILENE FERREIRA DA SILVA (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MIGUELINHO
SECRETARIA DE SAÚDE
TRABALHANDO O PRESENTE, CONSTRUINDO O FUTURO

FICHA DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL
HOSPITAL E MATERNIDADE JOÃO ALEXANDRE DE OLIVEIRA (HMAJO)

Nº do prontuário: 52037	Hora do atendimento: 20:20	Data: 05/09/19	Profissão:
Nome do PCT: Josilene Ferreira da Silva			
Data de Nascimento: 1974	Idade: 35 anos	Sexo: M () F ()	
Estado Civil:	Nº cartão do SUS:		
Mãe: Margarida Maria Ferreira			
Pai:			
Endereço: St. Lagoa Rasa			
Bairro:	Cidade: F.M.		
Enfermeiro (a):	Tec. de enfermagem:	Médico (a):	
Pressão arterial:	Pulso: 100	HGT:	SPO2%: 98% FR:
Temp. axilar:	Peso:	Tipo de agravos:	
Histórico atual do paciente: TRAUMA PELA BATERIA COM COLAR CERVICAL EM PRATELA RIGIDA, IMOBILIZADA, APÓS TRAUMA/A DENTRO DE MOTO X CAMION. TÍBIA EX FÍSICO: GLASSGOW 15 - FRATURA EXP. FA (FEMUR) (E)			

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, bem como ao Hospital e Maternidade João Alexandre de Oliveira, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Ora Exa., não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 24 de setembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE